

Crescer, inclusive com inflação

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

O governo Itamar Franco fez a opção por crescimento já. A sociedade brasileira precisa fazer a sua e só existem duas alternativas: a conquista de um processo autêntico de desenvolvimento ou espasmos de retomada da atividade econômica. Não é um jogo semântico. No tablado estão consumidores, produtores e um governo deficiente, bem-intencionado, mas teimoso.

Diferenças básicas separaram uma escolha da outra. O processo de crescimento pressupõe estabilidade e investimentos. A retomada da atividade admite a convivência temporária com inflação elevada, porque é sancionada por expansão de demanda e utilização de capacidade ociosa das indústrias.

O investimento interno bruto no Brasil, que superava 21% em 1982, rondava 15% no final do ano passado, selando uma década de taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 2% aproximadamente.

Com o PIB histórico de 7% ao ano, o País perdeu a noção de alavanca-gem, como indutora de crescimento, e não como resultado de endividamentos críticos de um bando de empresas caóticas.

Os empréstimos do sistema financeiro ao setor privado foram equivalentes a 20,5% do PIB no ano passado, sem medida de comparação com países desenvolvidos. Nos Estados Unidos, as empresas privadas respondem por 64,29% dos financiamentos. No Japão, a 119% do PIB.

No Brasil, os créditos concedidos ao setor público, em 1992, correspondiam a 7,5% do PIB. Nos Estados Unidos esta fatia é de 9,72%, segundo estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI). No Japão, o governo recebe créditos da ordem de 16% do PIB.

Estatísticas ilusórias

A despeito da sinistra situação da economia hoje, com inflação renitente em 25% em média mensal por um ano e meio e preparada para escalar os 30%, o Brasil já viveu as duas experiências de "crescimento". Não escapou, também, de seus resultados.

O crescimento sustentado garantiu a fase de 1963 a 1970, que ratificou expansão média do PIB de 7%, presente no período 1948 e 1978. O País não ficou imune às ondas de aquecimento entre 1979 e 1980 e 1986.

As estatísticas podem ser ilusórias, porém. Resultados aparentemente espantosos e favoráveis num primeiro momento podem confirmar-se desastrosos em curto espaço de tempo. A primeira tentativa heterodoxa de estabilização da economia foi embalada num ano de inflação a 65,03%, em 1986.

Esta inflação deveria ser comemorada se não fosse resultado do congelamento mais longo da História do País. Ele durou nove meses e explodiu no ano seguinte. Em 1987 os preços dispararam 415,83%.

Sete anos mais tarde, a indústria brasileira está no chão em desempenho e rentabilidade. O ano do Plano Cruzado tornou-se o ápice do desempenho em produção física e de resultado na rentabilidade sobre o patrimônio das empresas, mas não inibiu a "quebra" de resultados dos últimos três anos.

O panorama da indústria brasileira, em dez anos de crise, realizado pelo Departamento Econômico do Citibank, indica que, de 32 setores da indústria nacional, 17 tiveram em 1986 o maior crescimento em produção na década. 1990 é o pior ano, seguido por 1992.

Sistema alerta

O fantástico ano de 1986 conviveu com juros reais negativos em 8,7%. A explosão do PIB per capita em 7,23% deu suporte ao faturamento do comércio, com crescimento recorde na década de 16,7% reais. No ano seguinte, porém, o PIB per capita já apresentava um avanço de 3,6% apenas. 1990, um ano dramático para as empresas, carregou uma pesada herança inflacionária que puxou o índice a 1.476,85%. Os juros chegaram ao patamar negativo inédito de 39%, mas o estrago sobre o setor produtivo foi confirmado em outro flanco: a falta de moeda.

Em 1990, o PIB per capita foi negativo em 1,45%. O PIB industrial em 8,9% e o faturamento real do comércio em 11,35%. Em 1992 todos os índices macroeconômicos despenca-ram a patamares negativos novamente. Desta vez, porém, o setor produtivo conviveu com o outro lado da moeda. Havia dinheiro, mas seu preço tornou-se também inusitado: real, positivo, em 31% no ano.

A Economia, especializada em avaliação de balanços para investidores, confirma rentabilidade extraordinária do patrimônio das indústrias em 1986 e registra um mergulho não menos espetacular no vermelho, nos anos seguintes. Em 1991, de 30 setores, 25 perderam o fôlego e pouco se recuperaram no ano passado.

O desempenho de alguns setores é dramático. Desde 1988 o setor de brinquedos patina em dados negativos. O comércio em geral entra em crise a partir de 1990, acompanhado pelo setor de energia, informática e metalurgia. O setor de eletrodomésticos também acumula perdas substanciais de rentabilidade. Este é um caso exemplar dos efeitos da queda do poder de compra e da concorrência de produtos importados e mostra a cara do Brasil.

Enquanto nos Estados Unidos 29% dos lares possuem aparelhos de ar-condicionado, no Brasil os privilegiados somam 6%. Lá, os fornos de

microondas estão presentes em 85,2% das casas. No Brasil, em 4% apenas. Enquanto 73% dos lares americanos têm lavadoras de roupa, aqui só 32%. Mas não é para desanimar. O Brasil bate os EUA no uso de fogões a gás. 95,95% dos lares nacionais possuem o aparelho. Lá, 45,7%. O Brasil também está bem povoado de refrigeradores: 76% das casas possuem um. Praticamente 100% dos americanos também contam com este antigo conforto.

O sistema bancário está alerta à evolução destes dados industriais e, apesar da retração dos negócios — cristalina com a queima da poupança financeira, que chegou a 37,4% do PIB em 1986, despençou a 13% durante praticamente o primeiro ano do governo Collor

• Mercados/Custo do Dinheiro

INVESTIMENTOS

Com. Brasil

Crescer, inclusive com inflação

por Angela Bittencourt
de São Paulo

(Continuação da página 13)

e encerrou 1992 em torno de 24% do produto — insiste no investimento às pesquisas e análises setoriais, porque considera inexorável o ajuste da economia do País.

Pode-se enganar, porém, quem acredita que a concentração de esforços sobre o setor exportador salva a pátria. Não salva. A análise histórica elaborada pelo Citibank mostra que as exportações de manufaturados cresceram mais de 93% na última década, encerrando 1992 em US\$ 22 bilhões. A venda externa de produtos semi-elaborados subiu de US\$ 1,75 bilhão para US\$ 5,4 bilhões nesse período. Simultaneamente o produto industrial do Brasil avançou apenas 14,4% e o produto "per capita" caiu 2,4%.

O desequilíbrio desses resultados é explicado pela reduzida participação relativa das exportações na formação do PIB, embora essa fatia ainda se apresente como um dado expressivo, próximo de US\$ 145 bilhões. Não é pouco, lembram os economistas da instituição. Essa cifra equivale a oito vezes a produção argentina, mais que o dobro do produto industrial mexicano ou, ainda, o equivalente à soma dos produtos das indústrias da Suécia, da Bélgica e da Espanha.

ESPAÇO PARA CRESCER

A magnitude ou a potencialidade da economia brasileira não é indiferente ao presidente do Citibank no Brasil, Álvaro de Souza. "Precisamos detectar

quem são os potenciais sobreviventes e para onde eles estão indo." Ele explica que as avaliações setoriais são históricas no Citi a nível mundial e que, definitivamente, elas se mostram mais importantes ao longo do tempo.

"Análises de uma década e de perspectivas confirmam que existem setores industriais no Brasil com vantagens comparativas naturais em relação a outros mercados, sem contar no contingente de consumidores. Hoje, de uma população de 150 milhões de pessoas, 40 milhões estão no mercado e 20 milhões já estão com um pé dentro dele. Se a renda tiver pequena melhora eles já estarão integrando o bloco dos consumidores", observa.

O presidente do Citibank no Brasil está absolutamente convencido de que o Brasil tem como crescer. Ele afirma que reformas estruturais de invulgar importância foram feitas no País. "Há quatro anos tínhamos meia dúzia de problemas. Hoje temos apenas um: o tamanho do Estado e seu déficit. O Brasil acertou o passo em muitos aspectos e está provado que não padece de uma crise econômica, mas de grande indefinição política".

GUILHOTINA

Géraud Moyart — presidente do Banco Sogeral, associado ao Societé Générale, o maior banco privado da França, com ativos de US\$ 234 bilhões — tem uma visão parecida com a do piloto do conglomerado norte-americano. "O segredo no Brasil é uma única palavra: investir. Os investimentos industriais, dentro e fora do País, significam emprego e é disso

que o Brasil precisa. A posição dos bancos, hoje, é de auxiliar as empresas não apenas com produtos clássicos mas com parcerias e engenharia financeira."

Mais uma vez, o Citibank e o Sogeral mantêm consenso numa avaliação sobre os ajustes feitos por empresas no Brasil nos últimos anos. Moyart é direto e aborda o tema com uma imagem histórica para seu país. "O Brasil fez um ajuste de custos. Apenas um ajuste de guilhotina, mas processo de gestão empresarial vai além de cortes. Significa pensar no futuro e investir."

O Citi, em sua análise técnica de uma década de crise, pondera que não pode ser generalizada a ideia de que o setor industrial se ajustou de forma a estar preparado para uma concorrência global. "Com as exceções de praxe, certamente importantes, não se pode dizer que o parque industrial brasileiro hoje é maior e melhor do que o de dez anos atrás. A queda dos investimentos produtivos, ao contrário, é um indicador que sugere não um 'ajuste' mas uma contração defensiva, muitas vezes centrada apenas no corte de pessoal e redução de linhas de produção."

CAMUFLAGEM

Procurando enfronhar-se no universo real da economia, uma vez que os números no Brasil camuflam a realidade, porque se confundem com índices de inflação atordoados e formatados para todo tipo de gosto, o Sogeral está levando adiante um projeto de aprofundamento de relações com as indústrias.

A estratégia é reunir especialistas em setores da

economia, procurando inserir o Brasil dentro do cenário mundial, explica Pierre Bonzom, diretor executivo da instituição.

Esse economista e sociólogo de 31 anos, há dois meses no País, não esconde seu fascínio por novas descobertas como algumas disparidades entre dados estritamente financeiros do setor real e sua efetiva capacidade de produção e, em muitos casos, de adequação tecnológica.

"As análises financeiras

dão uma dimensão pequena das empresas", explica. "Nós precisamos conhecer os aspectos técnicos da produção e assegurar aos gerentes uma visão industrial dos clientes. Já trouxemos engenheiros do corpo técnico do Societé em Paris para avaliações de qualidade de equipamentos, históricos de produção e não só leituras de faturamento. Tentamos evitar as relações superficiais para poder formalizar uma imagem do País, inclusive junto à matriz, e vender negócios brasileiros porque os créditos são merecidos, apesar dos números", comenta Bonzom.

"HOMMES D'AFFAIRES"

Ronaldo Fiorini, responsável direto pela diretoria de grandes empresas do Banco Francês e Brasileiro — associado ao Crédit Lyonnais, com ativos de US\$ 305,45 bilhões —, abraça quinhentos grupos empresariais com objetivo semelhante: busca de eficiência crescente entre a análise de setores e suas perspectivas e a operacionalização de negócios.

"Não apenas o banco mas também o empresário em geral acreditam que o Brasil tem jeito, a

despeito das dificuldades políticas. A economia atravessa, de fato, um momento de perversa coincidência de recessão interna e externa e de precipitação de preços de produtos importantes na pauta de exportação do País, como celulose e alumínio. Com a recuperação, que acreditamos virá, o Brasil sem dúvida tem produto, preço e mercado e o sistema bancário deverá estar preparado para a fase dos financiamentos mais pesados", resume.

No BFB, a diretoria de grandes empresas, criada em 1990, tem um desdobramento em sua estrutura: os chamados "Hommes D'Affaires" e os centros de negócios. Os "homens de negócios" do conglomerado são quatro e altamente especializados em determinados setores industriais. Um deles se dedica exclusivamente ao relacionamento com gigantes empresas japonesas.

TAXA REFERENCIAL * 1993

Período	Número de dias úteis	Taxa (%)
02/05 a 02/06	22	30,00
03/05 a 03/06		